



**Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais**  
**Município de Tomar**

*Handwritten signature in blue ink: Ana Maria dos Pereiros Marmelo da Silva*

**ACTA Nº 9**

No dia vinte e um de abril de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, no edifício sito na Rua Major Ferreira do Amaral, nº 9, reuniu a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Tomar (São João Batista e Santa Maria dos Olivais) em sessão ordinária com a ordem de trabalhos constante da respectiva convocatória.

Presidiu à sessão a Presidente da Mesa, Maria Celeste Gonçalves Simões de Sousa, coadjuvada pelo 1º Secretário António Francisco Tavares Martins e 2ª Secretária Ana Maria dos Pereiros Marmelo da Silva, todos eleitos pelo PS.

Feita a chamada verificou-se encontrarem-se presentes todos os membros da assembleia de freguesia, com as justificações apresentadas e substituições solicitadas de acordo com a lista eleita bem como todos os membros da Junta de Freguesia.

Pelo Partido CHEGA – Américo José Gomes Assunção.

Coligação CDS-PP-MPT-PPM- Coligação “Tomar Queremos Responder” – Teresa Maria Ribeiro da Fonseca Ramos.

PSD – Alexandre Gabriel Mateus Horta, António Joaquim Lopes Ferreirinha, Joaquim Dias Palricas, Cristina Alexandra Duarte Brito Alves, José António Fernandes Ferreira.

PS – Rui Manuel Alegria Bugalhão, Ricardo António Ribeiro Simões, João Miguel Marques Jesuíno.

Aberta a sessão, a Presidente da Mesa dirigiu-se às pessoas presentes no lugar destinado ao público questionando se alguém pretendia intervir.

Inscreveu-se para o efeito Ruben Gonçalves que referiu ter-lhe sido negado o acesso aos trabalhos na última reunião extraordinária.

Em resposta a Presidente da Mesa Celeste Sousa (PS) lamentou o sucedido e referiu que não se apercebeu da situação, a qual decorreu de uma errada informação transmitida por outrem sobre o acesso do público às reuniões extraordinárias, esclarecendo que o público tem acesso a todas as reuniões, quer ordinárias quer extraordinárias.

Joaquim Palricas (PSD) complementou a informação de que é sempre assegurada a presença do público, embora nas reuniões extraordinárias só possam intervir as pessoas que tenham suscitado a convocatória, nas matérias respectivas.

Passou-se em seguida ao **PAOD – Período Antes da Ordem do Dia**.

A Presidente da Mesa deu conta de terem sido recebidas duas moções, uma proposta pelo PS e a outra pelo PSD.

Deu seguidamente a palavra a Rui Bugalhão (PS) que apresentou e procedeu à leitura da Moção apresentada pelo PS intitulada **MOÇÃO – “Acesso a Fundos Comunitários – NUT II”**:

*A bancada do Partido Socialista desta Assembleia de Freguesia aplaude a aprovação pela Comissão Europeia da nova NUT II que une Médio Tejo, Lezíria do Tejo e Oeste. Usando as palavras da presidente da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, Anabela Freitas, “esta é uma aspiração já com décadas”.*

*A questão principal consiste em fazermos parte de uma CCDR e ter fundos comunitários noutra, o que causa uma desvantagem quer para a Lezíria quer para o Médio Tejo com perdas bastante significativas, nomeadamente no acesso a fundos comunitários.*

*Atualmente, para efeitos de fundos comunitários, as NUT III do Oeste e do Médio Tejo estão afetas à NUT II do Centro, enquanto a NUT III da Lezíria do Tejo está afeta ao Alentejo. No entanto, algumas competências no âmbito do ordenamento do território mantêm-se na esfera da CCDR de Lisboa e Vale do Tejo.*

*A criação desta nova NUT representa um marco histórico para a nossa região. Não nos podemos olvidar que cada território tem as suas assimetrias, e o que se pretende com a implementação deste modelo de governança é termos assento num conjunto de organismos que têm implicação direta no território, onde possamos ter voz e em que possamos aplicar aquilo que são as nossas políticas ajustadas ao nosso território.*

*Não temos dúvidas que a criação da nova NUT II se traduzirá em novos desafios e novas oportunidades para a nossa região que irão trazer uma melhoria significativa na qualidade de vida de todos nós, acarretando mais desenvolvimento económico.*

*Assim, apresentamos esta moção para que a Junta de Freguesia inste a Câmara Municipal de Tomar a desenvolver todas as diligências que estiverem ao seu dispor e que acompanhe todos os procedimentos para que esta nova NUT II seja uma realidade.*

*A bancada do Partido Socialista.*

Alexandre Horta (PSD) interveio declarando que esperava uma explicação sobre o documento que alegou não ter sido dada e perguntou o que é que em concreto visa o seu último parágrafo.

Rui Bugalhão (PS) respondeu que a intervenção da Câmara, que a Moção visa estimular, tem como objectivo acelerar o processo.

Sara Costa (PS), membro do executivo foi autorizada a intervir sobre o assunto para explicitar as diligências que têm vindo a ser feitas pela Presidente da Câmara sobre esta matéria.

Colocada à votação foi a dita moção aprovada por unanimidade.

Seguidamente e por indigitação da bancada do PSD o membro daquele partido José Ferreira procedeu à leitura da Moção **“Assembleias de Freguesias Jovens”**, com o seguinte conteúdo:

*Cada vez mais assistimos a um maior desinteresse por parte dos mais jovens face à política. Muitos são os motivos que podemos encontrar que contribuíram e contribuem para este desinteresse, mas acima de tudo serão os atores políticos os principais culpados e os titulares de cargos políticos que tentam tornar a política um mundo só para eles próprios ou para alguns. Contribuindo igualmente para o afastamento das gerações mais novas, também alguns dos exemplos nacionais não são de todo os melhores no que diz respeito à gestão política de um território. Mas não pode continuar assim, é necessário incentivar os mais jovens para a vida política e deveremos ser nós a dar os primeiros passos. Desta forma, o Grupo do PSD propõe a realização de Assembleias de Freguesia jovens, levando às nossas escolas este órgão autárquico, que deve estar o mais próximo de todos os fregueses, independentemente das suas idades. É de pequeno que se molda o espírito cívico de cada um e poderemos assim despertar nos jovens o interesse pela participação na causa pública. São muitos os bons exemplos que podemos encontrar no nosso país e que podem ser facilmente replicados para a nossa Assembleia, trabalhando em conjunto com os Agrupamentos de escolas e com as Associações de estudantes este será ser um projeto diferenciador e que certamente dará os seus frutos.*

*José Ferreira  
Malah*

Tomar, 18 de abril de 2023. O grupo do PSD.

Rui Bugalhão (PS) questionou se a apresentação da moção tinha sido precedida de contactos com as escolas e com as associações de estudantes, tendo obtido de José Ferreira (PSD) a resposta de que este é o início do processo e que os referidos contactos serão feitos posteriormente.

João Jesuíno (PS) interveio invocando a sua qualidade de membro de associação de pais. Afirmou não discordar, embora considere que se trata de uma repetição do que já existe a nível municipal, distrital e nacional. Daí que em em seu entender esta iniciativa deveria partir dos agrupamentos.

Alexandre Horta (PSD) disse não considerar que se trate de uma repetição, uma vez que não há sobreposição de tarefas e de projectos.

José Ferreira (PSD) acrescentou que a Junta é o órgão mais próximo das escolas e que o objectivo da proposta é trazer mais pessoas a participar.

Joaquim Palricas (PSD) afirmou que se não há assembleia de freguesia jovem nesta freguesia então não há repetição e que a participação nunca é demais quando se trata de temas de cidadania.

Américo Assunção (CH) questionou quais os limites de idade e faixas etárias implicados na proposta e qual seria o papel dos partidos.

José Ferreira (PSD) respondeu que habitualmente os partidos não participam, sendo o objectivo estimular a participação dos jovens, dependendo do que já existe na assembleia municipal jovem e tendo em conta a auscultação das escolas.

Seguidamente a Presidente da Mesa Celeste Sousa (PS) prestou alguns esclarecimentos pelo facto de se tratar de um tema que envolve escolas e dada a sua condição profissional.

Assim, disse que cidadania é transversal no 1º ciclo e no secundário, ilustrando com vários exemplos. Quanto aos 2º e 3º ciclos tem mesmo espaço próprio constituindo uma disciplina. O objectivo é trabalhar o currículo em projectos. Esclareceu que a nível nacional existe o Parlamento Jovem cuja adesão por parte das escolas é voluntária, e tal projecto tem representação local e nacional. Aqui em Tomar há as assembleias municipais jovens para as quais se convencionou que têm a participação dos 6º e 9º anos.

Afirmou ainda que as escolas são esmagadas diariamente com uma imensidade de tarefas, acrescentando que esta proposta é interessante, mas havendo já outros projectos bem estruturados, este não será prioritário.

José Ferreira (PSD) interveio de novo para sublinhar novamente que não há duplicação e que o objectivo é tornar a freguesia mais aberta aos jovens.

Submetida a votação a MOÇÃO – “Assembleias de Freguesias Jovens”, apresentada pela bancada do PSD foi aprovada com a seguinte votação: 7 votos a favor (5PSD+1Chega+1CDS) e 6 abstenções (PS).

Rui Bugalhão (PS) fez a leitura da seguinte **declaração de voto** apresentada pela respectiva bancada:

*Na votação da moção apresentada pelo PSD intitulada “Assembleias de Freguesia Jovens” o PS absteve-se por considerar que a realização de assembleias de freguesia jovens deve ser proposta às escolas como recomendação de actividade a incluir nos respectivos projectos educativos e não como actividade a realizar por iniciativa da Assembleia de Freguesia e a ser levada às escolas, tendo em conta que:*

- 1- Nas escolas no âmbito da Cidadania e Desenvolvimento onde são explorados os temas: direitos humanos; igualdade de género; interculturalidade; desenvolvimento sustentável; educação ambiental; saúde; sexualidade; media; instituições e participação democrática; literacia financeira e educação para o consumo; segurança rodoviária; empreendedorismo; mundo de trabalho; segurança, defesa e paz; bem-estar animal; voluntariado.*
- 2- As escolas têm projetos: Eco-escolas , Educação para a saúde, Desporto escolar, Clube europeu; Ciência viva; ERASMUS+; Academia de líderes UBUNTU; Partilha com energia; +Humanidade; Artes +; Entre-ajuda e voluntariado; Tomar terra templária , Parlamento Jovem; Assembleia Municipal jovem.*
- 3- As escolas tem plano anual de atividades e plano cultural de escolas .*
- 4- As escolas planificam /trabalham, articulando todas as atividades/projetos com as aprendizagens essenciais e o perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória .*

Alexandre Horta (PSD) acusou a bancada do PS de falta de coragem e disse que a abstenção foi um voto inócuo perante essa declaração de voto.

Nesta altura a Presidente da mesa Celeste Sousa (PS) comunicou à assembleia ter-lhe sido transmitida a renúncia do membro da assembleia António Jorge Lopes, eleito pelo Chega.

Alexandre Horta (PSD) pediu a palavra para colocar quatro questões ao Presidente da Junta, para as quais solicitou informações: 1- Muro na Rua Caminho Águas das Maias; 2- Barragem do Carril e falta de água de que os regantes se queixam; 3- Questão colocada por email sobre a retirada de um muro numa área que foi doada à Junta; 4- Transmissão on-line das sessões da assembleia de freguesia.

Dada a palavra ao Presidente da Junta Augusto Barros (PS) este deu as seguintes informações e explicações:

- 1- Muro na Rua Caminho Água das Maias: os problemas vinham de trás e têm a ver com os terrenos marginais desafectados da circulação em resultado da alteração do traçado da via pública. Concluiu-se que a Câmara não tinha legalizado uma parcela de terreno que estava abrangida pelo

*Handwritten signature: Alexandre Horta*

projecto e que neste era considerada como terreno público. No decurso das obras apareceu um indivíduo a dizer que a pessoa que representava tinha comprado um prédio no local e que na respectiva planta cadastral estava abrangido todo o terreno até à estrada actual, sabendo-se todavia que parte desse terreno correspondia ao traçado da antiga via pública, sendo portanto terreno camarário. Não obstante em face da planta cadastral estava incluído no prédio particular e assim registado na Conservatória a favor de um particular.

Em face disto acordou-se fazer um novo acesso ao prédio particular mais a Poente, deixando-se também o que já existia mais a Nascente. Assim, perderam-se uns metros de terreno mas garantiu-se o espaço de estacionamento e o assunto está definitivamente resolvido.

- 2- Barragem do Carril: foi há tempos feita uma reunião convocada pela APA (Agência Portuguesa do Ambiente) para ser designada uma Direcção de regantes. Porém não se chegou a acordo. Tem havido enormes perdas de água devido a uma rotura e os regantes não querem pagar enquanto não estiver resolvida a questão da rotura. Entretanto têm saído sucessivos editais a comunicar a suspensão do abastecimento de água.
- 3- Rua da Felicidade (Estrada de Casal Castilho): residia no local um senhor que fazia artefactos de cimento e mais tarde houve uma senhora que comprou a casa. A Junta propôs-lhe que recuasse o muro ficando com a sua propriedade vedada mas ela recusou e agora queixa-se que a Junta ou a Câmara se comprometeram a demolir o muro. Porém aquilo é propriedade particular, não tendo a Junta qualquer obrigação de intervir.
- 4- Transmissão das sessões on-line: Há custos e é essa a razão pela qual ainda não se deu início a essas transmissões.

Alexandre Horta (PSD) relativamente a estas explicações replicou quanto à legalização dos terrenos que já terá havido tempo de regularizar esta e outras situações; quanto à barragem do Carril que a Junta deveria ser mais pro-activa, dado que o assunto interessa a alguns fregueses; quanto ao muro na Rua da Felicidade sugerindo que a Junta se empenha na resolução do problema e ofereceu-se pessoalmente para acompanhar as negociações; quanto às transmissões on-line informando que o seu grupo tinha ido indagar os custos e que estes rondariam os 350 euros + IVA por cada sessão, segundo informação obtida na rádio Hertz.

Confrontado com estes números o Presidente da Junta endossou a questão para o Tesoureiro José Marques (PS) que afirmou ter outros números e que os custos não são os mencionados.

Passou-se ao Período da **Ordem do dia**:

**1- Aprovação das atas das sessões realizadas nos dias 29/12/2022 e 17/03/2023.**

Após uma curta intervenção de Joaquim Palricas (PSD) saudando a sr<sup>a</sup> assistente técnica pelo bom trabalho desempenhado em colaboração com o secretariado da mesa e apontando algumas gralhas no texto das actas que foram imediatamente reconhecidas como tal e corrigidas, foram as ditas actas aprovadas por unanimidade dos habilitados.

**2-Análise, discussão e votação do Inventário.**

Alexandre Horta (PSD) solicitou que o sr. Tesoureiro fizesse uma breve apresentação do documento.

José Marques (PS) apresentou então brevemente o documento, tendo depois afirmado que a freguesia é uma micro-entidade, acrescentando que a informação essencial que damos ao Estado não é o número financeiro mas o número de elementos do património.

Novamente o uso da palavra Alexandre Horta (PSD) chamou a atenção para o facto de a digitalização feita do documento a partir do papel já com as assinaturas perde qualidade de resolução, tornando difícil a leitura e que seria preferível converter o documento em PDF directamente no computador a partir do documento electrónico original.

Disse que não obstante não ter havido tempo suficiente para analisar o documento, estranhámos não ter havido nenhuma desvalorização nem valorização de qualquer dos itens do inventário.

O Tesoureiro José Marques (PS) informou já ter contactado a empresa responsável pela elaboração do documento, pois há qualquer coisa que tem de ser afinada uma vez que o documento-síntese não faz a actualização dos valores.

Alexandre Horta (PSD) chamou a atenção para a necessidade de actualizar o Regulamento do inventário aprovado em 2018 e anunciou que a sua bancada iria votar contra a aprovação do documento.

Joaquim Palricas (PSD) reiterou a necessidade de revisão do Regulamento do Inventário desde logo pelo facto de a lei habilitante nele citada já ter sido revogada.

José Ferreira (PSD) chamou a atenção para a disparidade de valores de bens da mesma natureza e espécie consoante provieram de uma ou de outra das freguesias agregadas.

Rui Bugalhão (PS) afirmou então que podemos discutir essas disparidades mas sabemos bem que o valor atribuído a algumas verbas é simbólico.

Alexandre Horta (PSD) disse que a questão não é de honestidade mas sim das incoerências que existem no documento.

O Tesoureiro José Marques (PS) comunicou o propósito de contratar uma empresa externa a elaborar o inventário de raiz, dadas as deficiências reconhecidas no actual documento tal como já sucedeu no ano anterior.

Submetido a votação foi este documento aprovado com a seguinte votação: 7 votos a favor (6PS+1CDS) e 6 votos contra (5PSD + 1 Chega).

A bancada do PSD apresentou a seguinte **declaração de voto**: *Não podemos deixar de lamentar o facto de que, apenas após dois pedidos formalizados, nos tenha sido enviada a totalidade da documentação referente a este ponto, o que dificultou a análise mais minuciosa do assunto. Tal evidencia, em nossa opinião, alguma falta de lisura do executivo para com este órgão deliberativo.*

*Da leitura da documentação facultada, nas fichas de inventário dos bens verificamos que não foi feita qualquer atualização em nenhum dos bens inventariados. Sendo que alguns bens, pela descrição e data de aquisição, se encontram necessariamente exageradamente valorizados. Um exemplo disso é o artigo 43.5.1.1.02, um computador Pentium 4, de 2004, valorizado em 1649€.*

*Independente  
Melelh*

*O mapa síntese afigura-se de difícil compreensão, constatando-se que, em várias situações, não respeita a prerrogativa dos valores de património bruto e líquidos iniciais deverem corresponder aos valores de património bruto e líquidos finais do ano anterior.*

*Não foi possível ainda perceber a relação entre os dois mapas, pois os totais apresentados são diferentes.*

*Por todo o expandido, ponderando, em especial, a manifesta falta de rigor do documento apresentado e sopesando a falta de transparência no tratamento deste órgão deliberativo, se justifica o nosso voto CONTRA.*

## **2- Análise, discussão e votação do Relatório de Gestão do ano económico de 2022.**

O Tesoureiro José Marques (PS) fez a apresentação inicial do documento. Em síntese, afirmou que está respeitado o equilíbrio orçamental, sublinhou o grau de execução da receita e da despesa bem como a percentagem do PPI executado.

Alexandre Horta (PSD) fez então diversas considerações sobre o documento: a mensagem inicial deveria ser dirigida à assembleia e não aos cidadãos; o excessivo peso das despesas correntes (82%) face às despesas de investimento (18%); e solicitou ao executivo o esclarecimento de diversas questões, designadamente da segurança no Bairro do Colégio (pág. 19), contrato dos CTT (pág. 27), Projecto Junt'Anima (executado apenas a 44%), conta do gasóleo (gastos apenas 2.500 euros).

Em resposta o Tesoureiro José Marques (PS) disse relativamente à Junt'Anima que foi um ano difícil, pelo que a Junta assumiu os custos de algumas crianças que não podiam pagar. Deu outros esclarecimentos e justificações para as verbas questionadas e informou que até ao momento o Estado não fez a actualização das verbas do Fundo das Freguesias, sendo previsível a insuficiência das verbas atribuídas até agora.

Relativamente ao contrato com os CTT considerou que as expectativas foram um pouco excessivas relativamente aos resultados.

Quanto aos consumos de gasóleo esclareceu que a escassa utilização da verba orçamentada se deve ao intercâmbio com a câmara que consiste na troca desse produto por trabalho (mão de obra para a recuperação de casas dos bairros de habitação social).

Finalmente informou ainda que a intervenção no Bairro do Colégio consistiu na realização de obras em duas casas.

Alexandre Horta (PSD) questionou ainda o facto de Junta não ter utilizado todo o gasóleo a que teria direito nos termos do protocolo com a CMT (1200 litro por mês), pois o consumo anual ficou-se pelos 9070 litros.

Em resposta o Presidente da Junta disse que esta só levanta a quantidade de que necessita. Em complemento desta informação o Tesoureiro José Marques (PS) esclareceu que não interessa armazenar, porque não existem boas condições para o efeito e que o armazenamento em bidons degrada o produto, tendo já havido sérios danos nos injectores das máquinas provocados por esse facto.

Submetido a votação foi este documento aprovado com a seguinte votação: 7 votos a favor (6PS+1CDS) e 6 votos contra (5PSD + 1Chega).

Joaquim Palricas (PSD) leu a seguinte **declaração de voto** apresentada pela sua bancada:

*Em 29/12/2022, na análise às “Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022”, o grupo do PSD referiu que, apesar de esse documento configurar “um elemento fundamental para a gestão da Junta de Freguesia”, não podia “deixar de lamentar a constatação de que o documento apresentado, se revela pouco inovador e, em nossa opinião, pouco musculado, ponderando, em especial, a vasta experiência deste executivo”.*

*Ora nada mais revelador do que então se previa que aquilo que este relatório de gestão, ora apresentado pelo executivo, patenteia.*

*Desde logo dissemos que, apesar de colocadas em plano uma série de propostas por nós sugeridas, as mesmas dificilmente seriam implementadas, o que se verificou. Manifestámos também o nosso desagrado por outras, nomeadamente ao nível do ambiente e relacionadas com a Barragem do Carril, ou Educação, como o Orçamento Participativo Jovem, não fossem acolhidas, sendo que se mostram prementes pela sua pertinência.*

*Afirmámos ainda que “Não podemos deixar de manifestar a falta de coerência entre o Plano de Atividades e o Plano Plurianual de Investimento (PPI) pois” no PPI o executivo não identifica de forma objetiva e coerente as opções do Plano de Atividades.*

*Estas lacunas são apenas uma pequena parte daquilo que este relatório mostra.*

*Este documento de prestação de contas, é uma demonstração que permite comparar o grau de execução de um documento previsional que é o orçamento, em todas as suas vertentes, sendo da competência do Presidente da Junta de Freguesia, que o apresenta para aprovação em reunião do executivo da Junta e ainda para “apreciação e votação em Assembleia de Freguesia” de acordo com a alínea j) do art.º 18º do anexo à Lei 75/2013 de 12/09.*

*Resulta do art.º 9º do mesmo diploma, onde se definem as competências de apreciação e fiscalização da Assembleia de Freguesia, no seu ponto 1, alínea b) que a Assembleia de Freguesia deve “apreciar e votar os documentos de prestação de contas”.*

*Constatamos que este documento tem o seu início, não um preambulo, uma introdução, um prefácio, mas uma “Mensagem do Presidente”, que se mostra dirigida a “Cara e caro cidadã/o”, mais abaixo definidos como “Tomarenses”, olvidando os primeiros destinatários, ou seja, os membros desta Assembleia, que têm, na prossecução do interesse público, obrigação de análise e voto sobre o mesmo. Estamos certos de que este não seria o momento ideal para declarações políticas*

*Estes comportamentos demonstram, em nossa opinião, manifesta falta de respeito pelos membros desta Assembleia, legítimos representantes eleitos pelos fregueses de Tomar, das Cabeças, Carvalhos de Figueiredo, Minjoelho e de toda e qualquer outra localidade desta União de Freguesias.*

*Quanto à execução também diversos exemplos se podem apontar, demonstrativos de uma governação errática, onde o planeamento se resume a conceitos vagos e genéricos, que carecem, na nossa opinião, de*



*Dependentes  
Melch*

*objetividade e contextualização, deixando, assim, transparecer a ideia de apenas querer mostrar serviço, conforme igualmente dissemos a 29/12/2022, na declaração supra identificada.*

*Assim:*

*A aquisição de “bens de capital” desceu para 92.741,92€ quando o previsto era de 175.147,00€ (mais ou menos idêntico a 2021), representando uma execução de pouco mais de 50%;*

*A despesa corrente é de 82%, demasiado elevada relativamente à de capital, cifrada em 17,18%;*

*É paradoxal que, com mais de 50% da despesa destinada a pessoal, o executivo da Junta alegar que ainda tem dificuldade com mão de obra. Esta situação evidencia e confirma o total desequilíbrio orçamental e a gritante falta de investimento.*

*O que foi feito no Bairro do Colégio, em contexto de ambiente, salubridade, segurança e habitação?*

*Quanto ao contrato dos Serviços CTT – O que aconteceu? Para uma previsão de 16.550,00€ verifica-se uma execução de cerca de metade, apenas 55,24%;*

*O Projeto Junt’Anima apresenta uma realização de apenas 44% (10.000,00€) para uma previsão de 22.500,00€. Porquê?*

*A conta 02010202 – Gasóleo, foi reforçada em setembro de 2022 para um total de 11.300,00€, vindo a verificar-se uma execução de apenas 47% (2.500,00€) da previsão inicial de 5.300,00€. O que se passou? Não poderia ser aproveitada uma verba que a CMT tinha à disposição das freguesias?*

*Muito mais poderia ser referido, mas estes exemplos são bem elucidativos e indiciadores de que o investimento foi diminuto, limitando-se o executivo a pagar salários e a fazer obras determinadas pela CMT, mais parecendo este executivo o “braço armado” da Câmara, além de que nada daquilo que foi sugerido por este grupo foi implementado.*

*Ademais, ainda em recente visita pela freguesia verificamos que esta parece ao abandono, pouco limpa e perigosa na circulação rodoviária e pedonal, sendo exemplos o mau trabalho efetuado na reparação das vias onde decorreram obras de saneamento, onde, além dos problemas graves na pavimentação, nada foi feito nas bermas para melhor segurança dos peões e maior durabilidade das mesmas; reconhecemos que algumas responsabilidades não podem ser imputadas ao executivo desta Junta, contudo, este tem o dever de fiscalizar e requerer que as obras sejam realizadas com melhor qualidade.*

*Por todo o expandido e em nome da responsabilidade assumida, o voto dos Vogais do Partido Social Democrata nesta Assembleia de Freguesia quanto ao Relatório de Gestão do ano económico de 2022 é CONTRA.*

*Américo Assunção (Chega) apresentou, por sua vez a seguinte **declaração de voto**:*

*O Partido CHEGA tem uma visão claramente diferente do que foi a estratégia para a freguesia urbana de Tomar em relação ao que foi executado por este executivo, na nossa opinião a freguesia “caminha para a estagnação e retrocesso”, o executivo, não deixou “uma esperança para os anos vindouros”. Podemos verificar com este relatório que houve um aumento de despesas. Quanto às intervenções realizadas pelo executivo desta junta de freguesia nomeadamente na área ambiental fica há quem das expectativas, o Partido CHEGA esperava uma malha urbana mais limpa com uma maior manutenção de espaços verdes.*

*Votar a favor deste relatório de contas de 2022 e do orçamento seria uma traição aos fregueses que tornaram, de forma democrática, o Partido CHEGA na terceira força política. O deputado de freguesia eleito pelo Partido CHEGA, tomou a decisão de votar contra ao relatório da Gestão do Ano Económico de 2022.*

Passou-se então ao ponto 4 da ordem de trabalhos – **Apreciação da informação escrita do Presidente da Junta:**

Dada a palavra ao Presidente da Junta Augusto Barros (PS) este declarou que o esforço do executivo é com a área social em primeiro lugar e que as verbas são sempre curtas, acrescentando que obviamente se fazem orçamentos mas há muito trabalho e muito esforço que não tem a devida expressão nos números.

Américo Assunção (Chega) questionou se a pintura da “Casa do Pai Natal” é o mesmo trabalho que a Câmara também reclama ter feito; se se justifica a recolha mensal das tampinhas e quantos funcionários estão afectos a esse serviço.

Augusto Barros (PS) respondeu que a “Casa do Pai Natal” é a nossa, nada tendo a ver com a da CMT. Quanto às tampinhas esclareceu que há 5/6 anos as escolas foram equipadas com caixas blindadas para depósito e que essas caixas de 15 em 15 dias, no máximo 3 semanas ficam cheias, tornando-se necessária a sua recolha. Esse trabalho exige uma viatura e 2 ou 3 homens.

Nesta altura interveio a Presidente da Mesa Celeste Sousa (PS) esclarecendo que a população também vai a esses locais depositar tampinhas e que esta iniciativa reverte para bens solidários, designadamente cadeiras de rodas.

Augusto Barros (PS) acrescentou ainda que são necessários 3 homens para despejar as caixas de recolha quando estão cheias.

Alexandre Horta (PSD) expressou a opinião de que a Junta tem que fazer mais parcerias designadamente na área social, em que há tantas IPSS’s no território.

Em resposta Augusto Barros (PS) disse que a Junta está a substituir-se à câmara em alguns transportes que esta fazia e deixou de fazer às colectividades e clubes e que também este trabalho não é contabilizado.

Cristina Alves (PSD) interveio afirmando que o seu grupo não ignora o trabalho que a Junta faz na cidade, quer é que seja feito mais e melhor. Daí a expectativa de que a Junta vá fazer melhor trabalho relativamente à limpeza do espaço urbano. Também quanto à área social entendem que a Junta deveria actuar de outra forma para ser mais eficaz.

Augusto Barros (PS) acrescentou que a Técnica da Junta trabalha no dia a dia com a outras técnicas das demais instituições e que esse é também um trabalho que não é muito visto nem contabilizado, mas necessário.

Rui Bugalhão (PS) afirmou que a dinâmica que é exigida diariamente não é fácil de valorizar nem é facilmente apreciada aqui.

Joaquim Palricas (PSD) considerou que os problemas são sempre os mesmos e não obstante de cada vez vemos que são necessários mais cabazes, situação que tem vindo recorrentemente a ser salientada pelo seu grupo.

Rui Bugalhão (PS) respondeu que é fácil falar. Outra coisa é a necessidade de dar respostas efectivas às pessoas que batem à porta da Junta.

Teresa Ramos (CDS) interveio afirmando que o CAF tem milhares de euros destinados às pessoas carenciadas e que a Junta podia ter evitado gastar os trinta e tal mil euros que aplicou em alimentação.

Augusto Barros (PS) esclareceu que alguns apoios consistem no fornecimento de energia – garrafas de gás.

Por fim Américo Assunção (Chega) afirmou ser contra os RSI's e que a Junta deve distinguir quem precisa mesmo de ajuda e quem pede mesmo sem precisar. Acrescentou que a Junta é uma das instituições, entre outras e que todas elas conhecem o território da freguesia.

Passou-se então ao Ponto 5 da ordem de trabalhos – **Outros assuntos.**

Concedida a palavra a Rui Bugalhão (PS) este declarou que estando o PS a comemorar 50 anos e sendo um partido que defende a liberdade e a solidariedade, o seu grupo faz questão de dirigir uma saudação a todos por estarem iminentes duas importantes datas do calendário, o 25 de Abril e o 1º de Maio.

Seguidamente o Presidente da Junta Augusto Barros (PS) exibiu o projecto de reabilitação da zona de Casal de Frades às diversas bancadas e ao público, tendo afirmado que tal projecto será provavelmente incluído no próximo orçamento, com um valor previsto da ordem dos 400 mil euros.

Joaquim Palricas (PSD) chamou a atenção para diversas anomalias registadas pelo seu grupo, designadamente por via de reparos feitos por moradores, que reclamam intervenções da Junta tais como o mau estado das valetas em Casal dos Matos, mau estado da estrada de Valdonas, Casal das Mouzinhas, valeta em cimento em estado perigoso na Rua das Madeiras, iluminação e asfaltamento na Travessa do Ribeiro Figueiro, abrigos de autocarros em mau estado, sugerindo o mapeamento e revisão geral de tais abrigos.

José Ferreira (PSD) questionou se relativamente à Missão Continente houve ou não algum valor angariado. Também em tom de assumido desabafo disse que o nome da freguesia tem sido maltratado, nem sempre sendo respeitado o nome oficial e insurgindo-se por exemplo contra o uso da designação “Junta Urbana”.

Joaquim Palricas (PSD) esclareceu que a questão da eventual alteração do nome da freguesia - União das Freguesias de Tomar (S. João Batista) e Santa Maria dos Olivais – já foi suscitada na assembleia de freguesia em 2014, mas considerados os custos não se avançou com qualquer alteração.

Augusto Barros (PS) esclareceu que o resultado da Missão Continente são 5 vouchers para aquisição de alimentos, após o que Teresa Ramos (CDS) sugeriu que esses vouchers sejam atribuídos a instituições.

E, nada mais havendo a tratar, deu-se a sessão por encerrada cerca das vinte e três horas e trinta minutos, da qual para constar se lavrou a presente acta que depois de aprovada irá ser assinada.

*Handwritten signature and text:*  
Incluído  
Nele

A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia,



O 1º secretário de Mesa da Assembleia de Freguesia,



A 2º secretária de Mesa da Assembleia de Freguesia,

